

ESTUDO DE CASO COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO DA LEGISLAÇÃO FARMACÊUTICA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM FARMÁCIA ESCOLA

Tatyana Xavier Almeida Matteucci Ferreira, Farmacêutica, Mestre em Ciências da Saúde, Farmácia Escola/Faculdade de Farmácia/Universidade Federal de Goiás, tatymatteucci@gmail.com

Luciana Resende Prudente, Farmacêutica, Especialista em Farmácia Magistral, Farmácia Escola/Faculdade de Farmácia/Universidade Federal de Goiás, lu.rp@bol.com.br

Núzia Luisa Barbosa, Farmacêutica, Mestre em Ciências Farmacêuticas, Farmácia Escola/Faculdade de Farmácia/Universidade Federal de Goiás, nusialuisa@hotmail.com

Suzana De Sousa Stival, Farmacêutica, Farmácia Escola/Faculdade de Farmácia/Universidade Federal de Goiás, ssstival_@hotmail.com;

Nathalie De Lourdes Souza Dewulf, Farmacêutica, Doutora em Ciências Médicas, Faculdade de Farmácia/Universidade Federal de Goiás, nlsdewulf@yahoo.com.br.

Resumo

Os estudos de casos são desenvolvidos para proporcionar o aprofundamento do conhecimento e envolvimento do aluno com uma situação (real) observada, sendo assim, esta metodologia vêm de encontro com a proposta de modificar a formação do profissional farmacêutico, conforme o preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Farmácia. Durante a realização do estágio na Farmácia Escola da Universidade Federal de Goiás, as farmacêuticas supervisoras observavam que os estudantes apresentavam dificuldades ao lidar com questões relativas à legislação farmacêutica. O objetivo deste trabalho foi desenvolver uma metodologia de ensino para legislação farmacêutica, visando a formação do perfil profissional crítico e reflexivo. Foram elaborados quatro diferentes casos clínicos que serviram de mote para criar situações em que fosse necessário o conhecimento de legislações farmacêuticas para resolução dos problemas apresentados no atendimento do paciente. Os estudos dirigidos foram aplicados, até o momento, em aproximadamente, 64 alunos. A experiência têm se mostrado bem sucedida permitindo aos alunos contextualizar a legislação com a prática. Palavras-chave: Bolsas e estágios. Escolas de Farmácia. Legislação farmacêutica. Ensino Superior.

Abstract

The case studies are developed to provide a deeper understanding and student engagement with a situation (real) observed, so this methodology is in accordance with the proposal to modify the training of the pharmacist, as recommended by the National Curriculum Guidelines the undergraduate degree in pharmacy. During the internship in the Farmácia Escola, Federal University of Goiás, the pharmaceutical supervisory observed that students had difficulties in dealing with issues relating to pharmaceutical legislation. The objective of this study was to develop a teaching methodology for pharmaceutical legislation, aiming at the formation of critical and reflective professional profile. We prepared four different clinical cases which served as a motto to create situations that would require knowledge of pharmaceutical legislation to solve the problems presented in patient care. The study guides have been applied so far in approximately 64 students. Experience has proven successful allowing students to contextualize the

legislation with the practice. Key-words: Fellowships and Internships. Schools, Pharmacy . Legislation, Pharmacy. Education, Higher.

INTRODUÇÃO

O estudo de caso é uma estratégia de ensino humanista e problematizadora. Esta contribui para a formação do aluno, pois aprofunda o conhecimento teórico-prático referente à assistência à saúde, estimulando a autonomia do aluno na tomada de decisões, assim como na solução de problemas e no conhecimento referente à metodologia científica (BOCCHI *et. al.*, 1996).

Em todas as áreas, os estudos de casos são desenvolvidos para proporcionar o aprofundamento do conhecimento e envolvimento do profissional, do aluno ou do pesquisador, com uma situação (real) observada. O objetivo é descrever, entender, avaliar e explorar essa situação. Em consequência, determinar os fatores causais e estabelecer ações para solução do problema proposto (GALDEANO *et. al.*, 2003).

Estes objetivos vêm de encontro com a proposta de modificar a formação do profissional farmacêutico. No Brasil, as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Farmácia (BRASIL, 2002) preconizam uma reorientação do perfil do profissional, de modo a aproximá-lo do farmacêutico “sete estrelas” (WHO, 1997), visto como cuidador, tomador de decisões, comunicador, administrador, eterno estudante, educador e líder.

Em estudos realizados no Brasil foi identificado um conhecimento deficiente da legislação farmacêutica vigente entre profissionais farmacêuticos atuantes em farmácias e drogarias. As principais deficiências de conhecimento encontradas foram em relação à legislação dos medicamentos genéricos, enquadramento de medicamentos na categoria de venda livre (isenta de prescrição médica), legislações que regem o exercício profissional, fracionamento de medicamentos e aplicação de medicamentos injetáveis (SILVA; VIEIRA, 2004; LUCCHETTA; MASTROIANNI, 2010). Este tema merece destaque, pois sabe-se que o conhecimento insatisfatório e regular sobre a legislação profissional e sanitária pode comprometer a qualidade do serviço prestado ao consumidor no que tange a promoção do uso racional de medicamentos (LUCCHETTA; MASTROIANNI, 2010).

Durante a realização do estágio na Farmácia Escola da UFG, as farmacêuticas supervisoras observavam com frequência que os estudantes apresentavam dificuldades ao lidar com questões relativas à legislação farmacêutica. As dificuldades apresentadas eram, principalmente, no que tangia à dispensação de produtos controlados, intercambialidade entre medicamentos genéricos e de referência, enquadramento de medicamentos e produtos farmacêuticos na

categoria de venda sob prescrição médica ou não, fracionamento de medicamentos, dentre outras.

Desta forma, o objetivo deste trabalho foi desenvolver uma metodologia de ensino para legislação farmacêutica, visando a formação do perfil profissional crítico e reflexivo.

METODOLOGIA

Este estudo é um relato de experiência da utilização de estudos de caso como estratégia de ensino da legislação farmacêutica nas disciplinas Estágio IV e Estágio V do curso de farmácia da Universidade Federal de Goiás, de julho de 2010 até o momento presente. Estas disciplinas são realizadas na Farmácia Escola da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação dos professores responsáveis pelo estágio e a supervisão das farmacêuticas da Farmácia Escola.

Com o propósito de criar condições facilitadoras de aprendizagem aos alunos, foram elaborados quatro diferentes casos clínicos. Dois casos foram baseados em casos publicados (SUCAR, 2000; SOUZA, 2011) e dois foram adaptados a partir de casos clínicos publicados no site Atenfar (<http://atenfar.wordpress.com>).

O caso clínico serviu de mote para elaboração de situações em que fosse necessário o conhecimento de legislações

farmacêuticas para resolução dos problemas apresentados ao atendimento do paciente.

Os casos abordaram legislações referentes ao exercício profissional, ao enquadramento na categoria de venda de medicamentos, boas práticas farmacêuticas, fracionamento de medicamentos, substâncias sujeitas a controle especial, controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos e lei dos genéricos.

Os casos foram agrupados em duas atividades denominadas Estudo Dirigido. Cada estudo dirigido possuía 10 questões norteadoras para serem respondidas e deveria ser desenvolvido em um prazo de três a cinco dias. A sugestão foi que os alunos desenvolvessem o trabalho dentro do horário destinado ao estágio e que poderiam fazer a atividade em grupos de até quatro pessoas, mas cada um deveria entregar o seu trabalho individualmente. Aos alunos era fornecido um arquivo com as legislações pertinentes para consulta.

Após a conclusão de cada estudo dirigido os alunos reuniam-se com uma das farmacêuticas supervisoras para discussão dos casos. Neste momento as dúvidas eram esclarecidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos dirigidos foram aplicados, até o momento, para oito turmas de

estagiários, totalizando, aproximadamente, 64 alunos.

O fato do aluno não poder acessar a internet durante o período do estágio é um fator que dificulta a execução das atividades propostas. O fornecimento das diversas legislações em formato de apostila foi uma maneira de suprir esta deficiência. No entanto, este fornecimento não estimula uma postura ativa do aluno na busca do conhecimento. O ideal seria que o aluno tivesse acesso à internet e aprendesse, durante a execução da atividade, onde e como buscar conhecimentos relativos à legislação.

À primeira turma foi permitido que os trabalhos fossem entregues digitalizados, contudo foi observado um grande número de colagens de material proveniente da internet. A partir de então foi exigido que os alunos entregassem todo o trabalho manuscrito. Também observado pelas farmacêuticas supervisoras que os alunos de uma turma fornecem para a turma de estágio subsequente as respostas das atividades. Diante disso novas atividades estão sendo elaboradas. Porém, a partir destes fatos, percebe-se, também, que há a necessidade de trabalhar questões referentes à postura ética do profissional. Deve-se assim, discutir com os alunos pontos referentes aos direitos autorais e a importância da formação de profissionais capazes de atualizar seus conhecimentos após a graduação, como preconizado pela OMS e as diretrizes curriculares.

CONCLUSÕES

A experiência de trabalho com os casos clínicos como mote para discussão da legislação farmacêutica com os alunos do estágio na Farmácia Escola têm se mostrado bem sucedida. Os alunos conseguem contextualizar a legislação com a prática, e apresentam mais facilidade em solucionar os problemas relacionados à legislação quando se deparam com eles durante as atividades de estágio.

Alicerçado em nossa experiência sugerimos esta estratégia de ensino-aprendizagem de legislações farmacêuticas, no sentido de contextualizar a legislação com a prática profissional e favorecer o exercício da tomada de decisões na assistência farmacêutica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCCHI, S.C.M.; PESSUTO, J.; DELL'AQUA, M.C.Q. Modelo operacional do estudo de caso como estratégia de ensino na disciplina de enfermagem médico-cirúrgica: avaliação dos alunos. **Rev Latino-am enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 99-116, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior. Resolução número 2, 19 de Fevereiro de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 de Março de 2002. Sessão 1, p. 9.

LUCCHETTA, R.C., MASTROIANNI, P.C. Avaliação do conhecimento e das condutas dos farmacêuticos, responsáveis técnicos por

drogarias. **Rev Ciênc Farm Básica Apl.**, v. 31, n. 3, p.183-191, 2010.

GALDEANO, L. E.; ROSSI, L. A.; ZAGO, M. M. F. Roteiro instrucional para a elaboração de um Estudo de caso clínico. **Rev Latino-am Enfermagem**, v.11, n.3, p. 371-5, 2003.

SILVA, L. R.; VIEIRA, E. M. Conhecimento dos farmacêuticos sobre legislação sanitária e regulamentação da profissão. **Rev Saúde Pública**, v.38, n.3, p.429-37, 2004.

SOUZA, P. M.; GRANFIM, M.; BARCELLOS, N. M. Interação Medicamentosa entre Varfarina e *Matricaria chamomilla*.
<<http://www.saudedireta.com.br/docsupload/1285453950camomila.pdf>>. Acesso em 06/10/2011

SUCAR, D. D. Interação medicamentosa de venlafaxina com captopril. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, v.22, n.3, p.134-7, 2000.

WHO - WORLD HEALTH

ORGANIZATION. **The role of the pharmacist in the health care system.**

Preparing the future pharmacist>curricular development. 1997. Disponível em:

<<http://www.opas.org.br/medicamentos/site/UploadArq/who-pharm-97-599.pdf>>. Acesso em 11/12/2008.